



Ética, Cultura de Paz – um desafio inadiável

Lia Diskin

No exuberante imaginário da literatura jainista encontramos uma estória em que duas crianças, uma cega e a outra perneta, estão brincando numa floresta. Elas não se conhecem, e estão distantes uma da outra. Inesperadamente, o fogo começa a tomar conta da mata. A fumaça espalha a notícia – aves, insetos, animais saem em disparada. As crianças, entretanto, não se mexem, medo e incerteza as dominam. Gritam por socorro, e pelos gritos se encontram. Querem fugir do fogo, mas como? Suas falas, entrecortadas por soluços, tecem e desmancham planos. De pronto, numa sinergia que as abraça, o menino perneta pula sobre os ombros da criança cega, e esta lhe pede que oriente seus passos. Graças à altura proporcionada pelo corpo do colega, o perneta consegue ver as clareiras através da fumaça, e saem triunfantes da floresta.

Esse conto, aparentemente infantil, encerra um repertório de valores e princípios que permeiam a maioria das correntes filosóficas que se desenvolveram no Sudeste Asiático. Os grandes temas continuam sendo: viver e deixar viver; interdependência; visão sistêmica da realidade; ética como instrumento de convivência; unidade corpo/mente; possessividade e apego como alavancas de conflito e sofrimento; auto-referência como via de exclusão; e pluralidade de faces na percepção da realidade.

Sobre este último tema, o Prof. Leonard Swidler – teólogo cristão dedicado ao diálogo inter-religioso – desenvolve um estudo muito oportuno a respeito das características da afirmação da realidade sustentadas na cultura ocidental até o século XIX. Elas eram absolutas, estáticas e excludentes, provocando durante séculos a depreciação da produção espiritual, científica, filosófica e cultural do resto da humanidade. A apropriação do critério de verdade criou domínios de ações imperativas que moldaram o gênio criativo de gerações inteiras.

As descobertas científicas do século XX e o estudo de culturas e crenças diferentes, favorecidos pelas migrações em massa, quebraram esse monopólio da verdade provocando uma mudança radical de percepção. “Esse novo paradigma que está nascendo”, diz Swidler, “entende todas as afirmações sobre a realidade, especialmente sobre o sentido das coisas, como sendo: 1) históricas; 2) praxísticas ou intencionais; 3) perspectivísticas; 4) limitadas pela linguagem ou parciais; 5) interpretativas, e 6) dialógicas”. Isso nos leva a concluir que o único meio de que dispomos para ampliar a nossa percepção de realidade é aproximar-nos e dialogar com outros, sejam eles indivíduos, culturas, disciplinas, organizações ou redes cognitivas.¹



Mas o diálogo, como vínculo relacional horizontal que legitima o interlocutor, é extremamente novo no âmbito da convivência humana. Toda modalidade de relacionamento foi, e em grande escala continua sendo, vertical e hierárquica, onde uma das partes detém o poder sobre as regras que sustentam a relação: pai/filho, marido/mulher, professor/aluno, sacerdote/leigo, médico/paciente, militar/civil, estado/sociedade, patrão/empregado, já tinham seus papéis predeterminados no jogo da articulação.

A ancestralidade não ficou no passado, ela se atualiza em cada geração constituindo um reservatório adormecido de memórias e valores que reverberam em todos os níveis do nosso ser/estar no mundo. Durante centenas de milênios construímos nossa identidade com base na tribo, comunidade ou grupo de pertença. Como útero coletivo, essa sociabilidade sincrética era a referência imediata, criadora de sonhos, medos e possibilidades de futuro. A situação mais trágica e perigosa não era a morte, mas o banimento, pois ele significava a completa ruptura da vida material, social e espiritual. O desterrado era literalmente um "ninguém", sem identidade, por haver perdido seu direito à ancestralidade.

Pesquisas sobre comportamento animal realizadas pelo Prof. Tinbergen² mostram que certas espécies guardam "lembranças" de até três gerações anteriores, sem estarem submetidas aos mesmos estímulos. Uma das experiências mais curiosas foi realizada num galinheiro que era atacado freqüentemente por gaviões. Os ovos foram retirados e transportados para outra região onde não havia esse tipo de predador. Quando a nova geração, nascida desses ovos, deu origem a outros ovos, estes foram levados para um terceiro espaço. Poucos dias depois de nascerem, os pesquisadores fizeram passar por cima do galinheiro um falcão de madeira preso à ponta de um arame. Os pintinhos, iguais a seus "avós", reagiram aterrorizados como se o falcão fosse verdadeiro; o mesmo não acontecia quando a imagem era de uma gaivota, um pato, uma garça ou uma pomba.

Não podemos concluir que o mesmo se passa com todas as espécies animais, menos ainda com a humana, porém já dispomos de trabalhos muito interessantes na área da Etologia, Psicologia e Neurobiologia que nos falam de um "mecanismo liberador inato" - estrutura herdada do sistema nervoso que predispõe a reação de um animal diante de uma situação nunca vivida antes - um "inconsciente coletivo", de "campos morfogenéticos", de "padrões culturais de comportamento". Em outras áreas do conhecimento, as contribuições de Teilhard de Chardin e Jean Gebser têm sido igualmente estimulantes.



Entretanto, essa continuidade ancestral no universo das relações interpessoais e institucionais parece estar sofrendo uma ruptura, uma subversão que organiza a vida privada e pública presentes de um modo nunca antes experimentado pela humanidade. Essa situação radical, nós a encontramos na habilidade das gerações mais novas para usar ferramentas, tecnologias e saberes que não estiveram disponíveis na formação dos que hoje são adultos. O depoimento do Prof. Lord James, graduado em Química na Universidade de Oxford e antigo vice-chanceler da Universidade de Nova York, é um exemplo disso. Ao analisar as questões de Química propostas nas provas e exames da universidade onde se formou, ele disse: "Concluí que não apenas sou incapaz de resolvê-las, mas que jamais fui capaz de resolvê-las, porque pelo menos dois terços dessas questões envolvem conhecimentos que simplesmente não existiam quando eu me graduei".³

Se a isto somarmos a crescente democratização do conhecimento (isto é, o empenho por parte das políticas públicas da maioria das nações em alfabetizar suas populações e promover o acesso a estudos superiores), a quantidade monumental de informações que são geradas e postas em circulação a cada minuto, a difusão das artes em todas suas modalidades, o encontro fecundo da diversidade cultural e o fato inaudito de que a cada três anos se duplica o caudal de conhecimentos disponíveis (fato que até 1950 levava gerações inteiras), então a questão óbvia que se levanta é: que tipo de conhecimento será capaz de minimizar as estrondosas injustiças sociais, a exclusão geradora de violência, a ação predatória sobre os poucos recursos que restaram no planeta e a falta de solidariedade e calor humano não apenas com os menos favorecidos, mas no seio das próprias famílias?

Se, como se afirma, o conhecimento é gerador de comportamentos, o que nos aconteceu? Que qualidade de conhecimentos temos priorizado para nos deparar com situações tão aberrantes quanto a criminalidade infantil, o extermínio de populações inteiras por questões ideológicas, étnicas ou religiosas, o consumo gigantesco de antidepressivos (inclusive entre crianças), a ostentação de altos índices de audiência por programas televisivos nos quais o deboche e a humilhação humana parecem não ter limites, a justificação da corrupção como um mal necessário e impossível de ser erradicado, o desinteresse pelas questões públicas, a incapacidade de lidar com a frustração, o sentimento generalizado de apatia e impotência?

A ÉTICA ENTRA EM CENA

Os conceitos, como tudo o que é gerado pelo homem, têm história -- movem-se no



tempo adquirindo as feições que lhes empresta a dinâmica cultural e social. O termo ética não é uma exceção; nasce em solo grego, entre os pré-socráticos, especialmente em Homero e Hesíodo, e tem o sentido de "morada, hábitat, toca de animais". O termo *êthos* (com *eta* inicial) faz referência a uma espacialidade física mensurável, com três características bem definidas: a) a sobrevivência está garantida pelas condições naturais que constituem o entorno do organismo; b) a ameaça à existência por parte de predadores está atenuada, e c) há possibilidades de conforto, segurança e familiaridade com seus pares.

A metáfora contemporânea desse conceito pode ser vista no filme *ET*, que gira em torno da insistência do personagem principal em "voltar para casa", reencontrar-se com as suas referências, com aquilo que lhe é familiar e natural, onde sua própria vida pode achar significado e direção. O motivo da terra-mãe, espaço sagrado ou paraíso, está presente na vitalidade de todas as culturas, seja através de mitos, lendas, contos, ritos ou mesmo das diferentes terapias contemporâneas.

É com Aristóteles que essa espacialidade deixa de ser física para tornar-se uma disposição interna dos humanos, passando a significar "caráter, índole, hábito, natureza, costume" (*ethos*, com *épsilon* inicial). Essa transposição corresponde à mudança de foco das próprias investigações filosóficas daquele tempo: enquanto os primeiros pensadores gregos tinham por objetivo compreender a origem do Universo a partir da sua constituição material ou dos seus elementos — afastando-se das explicações mitológicas de seus predecessores — de Sócrates em diante as questões relevantes giram em torno da alma, do conhecimento, da beleza e da justiça.

Para Aristóteles, o caráter, a natureza ou índole humanos, visam o bem, "toda arte e toda investigação e todo ato e todo propósito parecem ter em mira um bem; por isso definem o bem como aquilo a que todos aspiram", diz na sua *Ética a Nicômaco*, e acrescenta: "De todos os bens, a felicidade é o supremo." A consolidação de hábitos e disposição do caráter devem ter por objetivo o bem comum, o que implica ir além da simples satisfação de impulsos e desejos auto-referendados. Essa prática sobre assuntos públicos teve lugar na *Ágora da polis grega*, no conviver democrático, no exercício popular de legitimar o diferente. E é lá, na praça e no mercado, que a disposição interna para o bem adquire seu ideal vivente na figura do sábio — único digno de admiração e imitação. A educação, então, será o instrumento por excelência para atingir esse modelo de ação prudente, justa e bela.

O termo ética continua transitando, e chega ao mundo romano onde é traduzido pela expressão latina *mor-mores*: "costume, norma de conduta, hábito". Contudo, o ideal a ser emulado já não é o do sábio, mas o do legionário e do jurisconsulto, que conquistam



espaços e poder na concretude da terra, não mais na fluidez do espírito. Aqui cabe lembrar a advertência do Prof. Raimon Panikkar⁴ quanto a traduzir termos de uma língua ou cultura para outra; a linguagem está profundamente enraizada no espaço-tempo de uma comunidade, ela tem a ver com a topografia, o clima, o entorno imediato que se apresenta aos sentidos de um observador, e igualmente com a tradição que se desenvolveu nessa espacialidade particular. O que podemos fazer, diz Panikkar, é assinalar homeomorfismos (*homeo* = semelhante, *morfo* = forma), isto é, termos com funções aproximativas, mas não idênticas, pois não conseguem esgotar a significância conceitual que eles tinham no seu solo natal.

Assim sendo, apoiados na história, podemos afirmar que, enquanto o *ethos* indica algo que se constrói, educa, pratica e conquista pela ação conjunta do indivíduo e seu entorno, o *mor-mores* revela um sentido normativo, vertical, autoritário, que pede obediência e uniformidade. No primeiro, deparamo-nos com um sistema aberto, que pressupõe uma dinâmica criativa de aprendizagem e adaptação às circunstâncias reais e imprevisíveis do cotidiano. No segundo, com um sistema fechado, no qual as respostas já estão prontas e independem das novas informações que possam chegar ao indivíduo e sua comunidade. Aqui não há retro-alimentação, apenas repetição e confirmação do já sabido.

A moral, nascida em Roma e consolidada em um Império que se estendeu das ilhas Britânicas ao norte da África, e da Península Ibérica ao Himalaia, uniformizando povos, costumes e crenças sob uma mesma ordem e autoridade, assumiu o caráter de via salvífica. Portanto não era suficiente impô-la, havia que torná-la desejável. Esta é a nossa herança imediata: códigos normativos de comportamento que assegurem a continuidade do controle e do poder; que impeçam o surgimento do imprevisível e espontâneo, do contraditório e paradoxal (pois não existem regras disponíveis para dar conta disso), e que, sobretudo, convençam o indivíduo de que a obediência a esses códigos é para o seu bem, sua felicidade e garantia de futuro para si e as gerações vindouras.

As ideologias do século XX, responsáveis pela morte em massa de centenas de milhões de indivíduos, são filhas legítimas dessa via salvífica que justifica racionalmente a exclusão e a eliminação como meios para se construir uma sociedade mais "justa" e "pacífica". A obra de Hannah Arendt⁵ é um alerta contra essa cilada, ao analisar a relação direta entre o mal e a ausência de pensamento, de reflexão sobre as conseqüências das escolhas individuais e coletivas, a curto e longo prazo. Mas sabemos que toda escolha carrega uma intencionalidade moldada por valores, que em grande parte não são percebidos de maneira consciente, eles "estão incrustados na substância



dos nossos pensamentos a respeito do mundo e de nós mesmos, constituindo a armação de concepções e categorias que não são da nossa própria criação, mas que a sociedade entregou para nós já pré-fabricados, e em cujo âmbito todo nosso pensar individual, por mais original e ousado que seja, está obrigado a se mover".⁶

TEORIA DOS VALORES

Hoje não é possível falar-se em ética sem fazer referência à teoria dos valores, e, ao abordá-la, teremos de fazê-lo da maneira mais isenta em termos globais, sem excluir ou desconsiderar o repertório particular de cada cultura, etnia, comunidade ou credo. Como muito bem assinala o filósofo peruano David Sobrevilla⁷ acerca dos pré-requisitos para qualquer proposta de uma ética universal: 1) ela não deve ser etnocêntrica; 2) não deve apoiar-se em verdades superiores, mas em razões que se possam expor e debater, e 3) não deve referir-se apenas aos seres humanos, deve contemplar também a natureza.

Quando falamos em teoria dos valores ou axiologia, entretanto, também nos defrontamos com uma multiplicidade de conceitos postulados por diferentes correntes filosóficas. O termo valor tem sua origem grega em *axiós*: o que tem sentido, isto é, direção; o que é significativo, relevante. Nietzsche foi um dos primeiros que atribuiu ao valor a responsabilidade de fundamento das concepções de mundo e de vida, interpretando as atitudes filosóficas não como posições do pensamento perante a realidade, mas como a expressão de atos de preferir e preterir.

É nos séculos XIX e XX que surge a teoria dos valores como disciplina filosófica autônoma. Entre os inúmeros trabalhos nessa área, cabe destacar o do Prof. Miguel Reale, que abre uma corrente denominada "historicismo axiológico", onde os termos cultura, história e axiologia estão profundamente imbricados pois, como ele diz, "os valores são fruto das diferentes projeções do espírito humano sobre a natureza, desenvolvendo-se e manifestando-se ao longo da história".⁸

E AGORA, JOSÉ?

"A sociedade perdeu seus valores!" "É necessário resgatar os valores!" Esses são clamores desesperados que ouvimos diariamente em todos os cantos do fazer humano. Mas de quais valores falamos? De que cultura, etnia, credo ou comunidade? Pertencentes a que tipo de articulação social? Todos os repertórios que chegaram a nós são etnocêntricos, isto é, validados por uma história, cultura e crença particulares. Eles não dão conta da dinâmica com múltiplas referências que



caracteriza a sociedade planetária em que vivemos hoje. Contudo, é possível ampliar seus horizontes legitimando as diferenças e reafirmando os princípios inalienáveis da liberdade e dignidade. Nesse sentido, o teólogo ecumênico Hans Küng⁹ oferece uma reflexão ao falar em "transformação de valores", na qual propõe:

- A passagem de uma ciência sem ética para uma ciência eticamente responsável.
- A passagem de uma tecnocracia que domina as pessoas para uma tecnologia que serve à humanidade das pessoas.
- A passagem de uma indústria que destrói o meio ambiente para uma indústria que promove os verdadeiros interesses e necessidades das pessoas, em harmonia com a natureza.
- A passagem de uma democracia formalmente de direito para uma democracia vivida, na qual liberdade e justiça estão reconciliadas.

Estas podem ser boas pistas pelas quais nortear a geração de novos conhecimentos — matrizes de novos comportamentos. Uma ética genuinamente universal talvez seja a maior tarefa que temos pela frente. Ela exigirá toda a nossa humildade e solidariedade porque, como na história das duas crianças que brincam na floresta, todos nós somos um pouco "cegos" e igualmente "pernetas". Exigirá, sobretudo, disposição para abirmos mão da pretensa possessão da verdade, justificadora do controle, da imposição e até da eliminação dos que não se submetem a ela.

Sabemos que uma tal ética não nasce mediante a simples declaração de intenções. Ela é fruto — como diz o Prof. Maturana — de uma "rede de conversações consensuais em convivência" que carrega anseios coletivos, sonhos acalentados de crescimento e confirmação. Mas também sabemos, ou "sentimos", que essa ética universal já está em gestação, não só nos cérebros privilegiados de artistas e acadêmicos, ela está numa nova Ágora -- na internet, no seio das famílias, das organizações, das comunidades aprendentes; nas ruas, nas feiras e nos bairros. Nos gestos de responsabilidade coletiva dos empresários, dos centros comunitários, das agremiações, das universidades e, até, das religiões.

Ela se articula hoje no movimento mundial desencadeado pela UNESCO através do Manifesto 2000, concebido por um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz reunidos em Paris para a celebração do 50º aniversário da Declaração universal dos Direitos Humanos. Esse Manifesto assinala comportamentos e atitudes cuja prática viabiliza relacionamentos construtivos e salutares, na esfera interpessoal, com o meio ambiente e com a comunidade global da qual participamos.

Sua proposta consiste em 6 princípios: respeitar a vida; rejeitar a violência; ser



generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta e redescobrir a solidariedade.

CULTURA DE PAZ - HISTÓRICO E AFLUENTES

Entretanto, o próprio Manifesto 2000 é, por sua vez, resultado de um processo de reflexões e movimentos sociais bem-sucedidos que mancomunam esforços em prol da paz, da liberdade e da justiça.

O conceito de paz ganha novos contornos, amplia horizontes e abandona a acepção de hiato entre guerras, ausência de confrontos a respeito dos quais pouco ou nada podemos fazer, além de aceitá-los como fatalidades iniludíveis, como fenômenos atmosféricos que escapam ao nosso controle.

A carta de constituição da UNESCO, aprovada em Londres em 1945, afirma: "Os governos dos Estados Membros, em nome de seus povos declaram: que posto que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devem erigir-se os baluartes da Paz..." E anos mais tarde, em 1955, o filósofo Bertrand Russell e o cientista Albert Einstein lançam ao mundo o manifesto que leva seus nomes, onde conclamam: "Não falamos nesta ocasião como membros desta ou daquela nação, continente ou credo, mas como seres humanos, membros da espécie humana, cuja continuidade foi posta em dúvida. (...) Devemos aprender a pensar de um modo novo (...) Diante de nós, se quisermos, estão progresso contínuo em felicidade, conhecimento e sabedoria. Escolheremos a morte em vez disso só porque não podemos esquecer nossas brigas? Apelamos como seres humanos aos seres humanos: se lembrem de sua humanidade e esqueçam o resto".

Desse modo, e alimentada por uma série de conferências, colóquios e resoluções internacionais, emerge o conceito de Paz Positiva que, como explica o Prof. Johan Galtung — pioneiro nos estudos das mudanças históricas provocadas por movimentos sociais comprometidos com a não-violência — é a conjugação de fatores individuais e sociais que favorece a realização afetiva, física e mental do potencial humano. Logo, a antítese da paz é a violência. Nessa mesma vertente Paulo Freire esclarece: "A paz se cria e constrói com a superação das realidades sociais perversas. A paz se cria e constrói com a edificação incesante da justiça social".¹⁰

A seguir relacionamos e sintetizamos alguns documentos e conferências internacionais que, pela sua relevância e atualidade, tornaram-se referências para a Cultura de Paz.¹¹

- **Declaração sobre a Violência — Sevilha, Espanha, 1986**

[...] É cientificamente incorreto dizer que herdamos uma tendência a fazer guerra



de nossos ancestrais animais [...]. O fato de que a guerra mudou tão radicalmente ao longo do tempo indica que é um produto cultural. O elo da guerra com a biologia se estabelece fundamentalmente através da linguagem, que possibilita a coordenação de grupos, a transmissão da tecnologia e o uso de ferramentas.

A guerra é biologicamente possível, mas não inevitável, como demonstrado pela variação de sua natureza e frequência dentro do tempo e do espaço. Há culturas que não se envolveram na guerra durante séculos, e há culturas que estiveram em guerra frequentemente em alguns períodos e não em outros.

- **A Carta da Terra — elaborado mediante consulta internacional iniciada em 1997**

Desafios para o Futuro: A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primeiramente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

- **Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens — Yamoussoukro, África, 1989**
Programa de Paz

- Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens.
- Aumentar a consciência do destino comum de toda a humanidade para fomentar a implementação de políticas comuns que assegurem justiça nas relações entre seres humanos e uma parceria harmoniosa entre humanidade e natureza.
- Incluir elementos de paz e direitos humanos como características permanentes de todos os programas educacionais.
- Encorajar ações coordenadas em nível internacional para gerenciar e proteger o meio-ambiente e assegurar que as atividades praticadas sob a autoridade ou o controle de um Estado em particular não comprometam a qualidade ambiental de outros Estados nem causem dano à biosfera.

- **Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz — San Salvador, El Salvador, 1994**



XI - Conclusões Gerais

- a. O objetivo de uma cultura de paz é assegurar que os conflitos inerentes ao relacionamento humano sejam resolvidos de forma não-violenta, com base nos valores tradicionais de paz, incluindo-se a justiça, liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela dignidade humana.
 - b. A paz e os direitos humanos são indivisíveis e dizem respeito a todos. Um princípio norteador da paz é que os direitos humanos devem ser respeitados e garantidos - não só os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais.
 - c. A implementação de uma cultura de paz requer uma mobilização universal de todos os meios de comunicação e educação, formais e informais. Todas as pessoas deveriam ser educadas nos valores básicos da cultura de paz. Este deve ser um esforço conjunto que inclui cada uma e todas as pessoas da sociedade.
 - d. Uma cultura de paz requer aprendizado e uso de novas técnicas para o gerenciamento e resolução pacífica de conflitos. As pessoas devem aprender como encarar os conflitos sem recorrer à violência ou dominação e dentro de um quadro de respeito mútuo e diálogo permanente.
- **II Fórum Internacional sobre Cultura de Paz – Manila, Filipinas, 1995.**
 - Os programas educacionais deveriam incluir informação sobre movimentos sociais (nacionais e internacionais) em favor da paz e não-violência, democracia e desenvolvimento equitativo;
 - O ensino da história deveria ser sistematicamente revisto e reformulado para dar tanta ênfase às mudanças sociais não-violentas, quanto se dá a seus aspectos militaristas, dando especial atenção à contribuição das mulheres.
 - **Conferência de Apelo de Haia pela Paz — que elaborou o Programa do século XXI pela Paz e a Justiça, Haia, Holanda, 1999.**

Quatro pontos principais desenvolvidos pelo documento:

 1. O desarmamento e a segurança humana.
 2. A prevenção, resolução e transformação de conflitos violentos.
 3. O direito e as instituições internacionais nos âmbitos humanitário e de direitos humanos.
 4. As causas principais da guerra / a cultura de paz

Destes documentos, elaborados com o aporte da diversidade cultural, étnica, nacional, de gênero e religiosa do mundo inteiro, emergem os eixos e fundamentos da Cultura de Paz, a saber: Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Democracia e



Desarmamento, cuja articulação permitirá implementar o projeto civilizatório da convivência enriquecedora, emancipatória e solidária. Uma tal convivência — aspiração e vocação do humano — encontra eco na ancestral sabedoria africana, que ao cunhar o termo *ubuntu* ofereceu a todos nós os nutrientes com os quais cultivar a nossa raiz comum: "Sou quem sou por aquilo que todos somos".

Lia Diskin

Co-fundadora da Associação Palas Athena

Coordenadora do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz

Sócio-fundadora da Rede Gandhi

Notas

1. Swidler, Leonard, *O Sentido da Vida: No limiar do terceiro milênio*; São Paulo, Editora Paulus, 1996, p.73.
2. Tinbergen, N., *The Study of Instinct*; Londres, Oxford University Press, 1951, pp.7-10.
3. Citado em Pike, Graham e David Selby, *Educação Global: O aprendizado global*; São Paulo, Editora Textonovo, 1999, vol. 1, p. 104.
4. *La Experiência Filosófica de Ia Índia*; Madrid, Editorial Trotta, 1997, Introdução.
5. Entre as várias obras de Hannah Arendt já traduzidas ao português, recomendamos a leitura de: *As Origens do Totalitarismo e A Vida do Espírito*.
6. Cornford, Francis M., *De la Religión a Ia Filosofía*; Barcelona, Editorial Ariel, 1984, p.62.
7. Sobrevilla, David et al., *Ética y Diversidad Cultural*; México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p.69.
8. Mateos Garcia, Angeles, *A Teoria dos Valores de Miguel Reale*; São Paulo, Editora Saraiva, 1999.
9. Kung, Hans, *Projeto de Ética Mundial*; São Paulo, Edições Paulinas, 1992.
10. Freire, P., "Año Mundial de la Paz", *El Correo de la UNESCO*, dezembro de 1986.
11. Todos eles se encontram, na íntegra e em português, no site do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, coordenado pela Associação Palas Athena em parceria com a UNESCO. www.comitepaz.org.br